



CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

**COORDENADORIA INTEGRADA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, JUDICIAIS
E CENTRAL DE MANDADOS DE ASSIS**

Entre os dias 19 e 21 do mês de março de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária, conforme Edital CR nº 01/2018, divulgado em 19/12/2017 no DEJT (Edição 2377/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 04). Presentes o Juiz Responsável Técnico e Diretor do Fórum, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Assis, **MARCO ANTÔNIO DE SOUZA BRANCO**, o Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Assis, **FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO**, e a Juíza Substituto no Auxílio Fixo Compartilhado nas Varas de Trabalho de Assis, **BARBARA BALDANI FERNANDES NUNES**. Com base nas informações prestadas pela Coordenadoria e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ RESPONSÁVEL TÉCNICO E DIRETOR DO FÓRUM
MARCO ANTÔNIO DE SOUZA BRANCO

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

a) Lotação – servidores técnicos e analistas:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Alfredo José Machado Dias (REQ)	-	FC-05 Assistente Diretor de Distribuição	22/9/2015
Gina Cláudia Bertolucci de Lima	TJA	FC-02 Assistente	28/5/2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

Paulo Eduardo rocha (REM)	TJ-Seg	CJ-02 Diretor Serviço de Distribuição feitos	28/5/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			2
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1

REQ – Requisitado de município

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

TJ-Seg – Técnico Judiciário – área de segurança

b) Lotação – Oficiais de Justiça:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Adriano da Costa Pires	AJ-OJA		20/8/2015
Valter Luiz Bossoni (REM)	AJ-OJA		20/8/2015
Vanessa da Silva Oliveira	AJ-OJA		20/8/2015
Viviane Minardi de Oliveira Mateus	AJ-OJA		20/8/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			4
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			-

AJ-OJA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador

REQ – Requisitado de município

c) Ausências, exceto férias – 6/4/2017 a 5/3/2018:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

MOTIVO	DIAS
Licença para tratamento da própria saúde	08
Licença à gestante	65
Participação em curso ministrado pelo TRT	04
Compensação de dias trabalhados em eleição / treinamento	03
Compensação de dias trabalhados em recesso	02
Total:	82

d) Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
------	------------------	-------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

João Pedro de Souza Massud	CIEE	16/6/2017
----------------------------	------	-----------

e) Ações de capacitação – 6/4/2017 a 5/3/2018 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
Adriano da Costa Pires	120
Gina Cláudia Bertolucci de Lima	20
Paulo Eduardo Rocha	15
Viviane Minardi de Oliveira Mateus	16

3 – MOVIMENTAÇÃO – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS):

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2016	2017
1ª VARA	3.555	2.238
2ª VARA	4.068	2.466
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	5	22*
TOTAIS	7.628	4.726

* A quantidade é a somatória das petições direcionadas para a Coordenadoria de Gestão Compartilhada (18 petições) e para a Distribuição de feitos de Assis (4 petições).

4 – MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados)

Não há diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça no SAP1G, assim como não há diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) no SAP1G e PJ-e.

5 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO

O gestor informou serem adotadas no Fórum medidas de incentivo à



CORREGEDORIA REGIONAL

mediação, apontando como prática da Coordenadoria a inclusão em pauta de audiências de processos da 2ª Vara local que retornaram do TRT, foram migrados ao PJe e que já possuem cálculos. Afirmou que são realizadas audiências de terça a quinta-feira, nas primeiras duas semanas de cada mês, com 4 processos por dia. Noticiou, também, que o Juiz Responsável permanece na Unidade enquanto ocorrem as mediações e que as audiências tiveram início em 1º/2/2018. Por fim, afirmou que a Coordenadoria não conta com servidor capacitado para mediação.

6 – CONSTATAÇÕES:

Foi realizada reunião com os servidores da Coordenadoria de Gestão Compartilhada, com os Oficiais de Justiça, com o Coordenador e com o Juiz Responsável Técnico da CIA, abordando os seguintes temas:

6.1 - Estagiários

A Unidade conta com atuação de um estagiário da área de direito, contratado pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Sugeriu-se, quando da ocorrência de vaga, a contratação de estagiário das áreas de ciências econômicas ou contábeis para auxílio nas fases de liquidação e execução, inclusive durante as audiências de mediação.

6.2- Notificação por meio eletrônicos

Informaram que vem sendo entregues ofícios de RPV por Oficial de Justiça. Esclareceu, o Exmo. Juiz Responsável, que o maior movimento diz respeito à ações em face do Município de Maracá e que, sempre que podem, os Oficiais costumam entregar o RPV no momento em que os representantes do Município comparecem para audiência.



CORREGEDORIA REGIONAL

Orientou-se para que os Oficiais de Justiça insistam junto ao Departamento Jurídico dos Municípios da circunscrição ou diretamente com os Advogados dos Órgãos Públicos, para o consentimento de recebimento também do Ofício Requisitório de Pequeno Valor, por meio eletrônico, a ser encaminhado pela própria Vara que o expedir.

Relataram que cerca de 11 empresas estão cadastradas e já formalizaram o consentimento para o recebimento de notificações por meio eletrônico e que formalizado o consentimento, encaminham para as Varas e para o CEJUSC de Presidente Prudente, que, apesar disso, não tem feito por e-mail.

6.3 – Protocolo de Processos PJE

Esclareceu o Coordenador que não mais são realizados protocolos de documentos relativos ao PJE e que os documentos recebidos de bancos são escaneados e entregues para as Varas do Trabalho.

6.4 - Parametrização

Informaram que desde a edição da última parametrização, por meio de Ordem de Serviço, embora não sejam feitas reuniões para tratar de assuntos a ela relativos, os itens nela inseridos são amplamente discutidos e noticiados entre os Diretores e Juízos das Varas locais e Oficiais de Justiça.

6.5 - Pesquisa Patrimonial

No caso específico do Fórum de Assis a CIA não tem feito o trabalho de pesquisa avançada de bens de seus principais devedores ou de suas maiores execuções. Ressaltou-se a grande quantidade de processos de pesquisa avançada no CEJUSC de Presidente Prudente, cabendo a CIA auxiliar nesse trabalho de inteligência, com relação às execuções no Fórum Trabalhista de Assis.



CORREGEDORIA REGIONAL

Esclareceu o Coordenador, que os Oficiais de Justiça não estão fazendo a primeira pesquisa BACENJUD, retificando a informação no formulário de pré-correição.

Os Oficiais de Justiça informaram que cumprem um grande número de diligências externas para entrega de notificações, inclusive notificações urgentes para ciência de data de audiências. Além disso, esclareceu o Coordenador, que há uma Oficiala em licença maternidade, por isso estão contando com apenas três Oficiais.

Salientou-se que as Varas devem envidar esforços para que se evitar a notificação por Oficial de Justiça, possibilitando o trabalho de inteligência desse profissional. Ressaltou, a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora a necessidade de que as Varas se dediquem a fazer a triagem de processos da pauta de audiências, com tempo hábil para novas notificações, se o caso e evitar a utilização do trabalho do Oficial de Justiça, o que será abordado nas reuniões de Correição de cada uma das Varas do Fórum.

Determinou-se que os Oficiais de Justiça passem a realizar a pesquisa avançada dos maiores devedores do Fórum, bem como dos devedores de processos com valores altos de execução, devendo ser destacado um Oficial de Justiça para essa tarefa, ainda que em sistema de rodízio.

6.6 - Dicas e Vídeos da Corregedoria

Informou o Coordenador que estão acompanhando os Vídeos e Dicas da Corregedoria relacionados diretamente às atividades da CIA.

6.7 - Incentivo à mediação

A Unidade realiza audiências de mediação para os processos que retornaram do TRT, migrados para o PJE e com cálculos apresentados. Todos os processos incluídos em pauta são da 2ª Vara do Trabalho de Assis, e a CIA utiliza a força de trabalho da 2ª Vara do Trabalho, tendo sido informado no relatório de



CORREGEDORIA REGIONAL

pós-correição de 2017 que não são enviados processos para mediação pela 1ª Vara do Trabalho de Assis. O coordenador está inscrito no curso de mediação da Escola Judicial deste Tribunal.

Informou, o Exmo. Juiz responsável pela CIA e Titular da Primeira Vara do Trabalho de Assis que há na circunscrição um grande número de processos de falência, recuperação judicial e entes públicos, seja como contratante ou contrato de terceirização, o que dificulta a possibilidade de colocação em pauta de mediação e que se arrastam aumentando os prazos médios das Unidades nas três fases. Esclareceu, ainda, que a Primeira Vara do Trabalho realiza, na própria Vara, cerca de duas audiências de tentativa de conciliação por dia, em média. Insistiu, quanto ao número de audiências de tentativa de conciliação, que deve ser observada a peculiaridade de cada região e que são obtidos bons resultados nas audiências de conciliação pelo próprio Juiz, acreditando que no caso de Assis, não haveria melhores resultados nas audiências feitas por mediador.

Orientou-se para que a CIA passe a fazer um maior número de audiências de mediação na fase de liquidação e de execução.

7 – RECOMENDAÇÃO:

7.1 – Sugere-se, pela celeridade processual, em conjunto com as demais Unidades do Fórum, insistir no contato com os Municípios e demais entes, podendo, se consenso com o órgão público, ser utilizada a intimação eletrônica e recebimento de Ofício de RPV, objetivo de otimizar procedimentos processuais.

8 – DETERMINAÇÃO:



CORREGEDORIA REGIONAL

8.1 – observar o Provimento GP-CR nº 06/2014 (Regulamenta os critérios para operacionalização do Sistema de Investigações Bancárias – Simba);

8.2 – apoiar a adoção de medidas de incentivo à mediação no Fórum Trabalhista, com a participação dos servidores da CIA em integração com os das Varas na realização de audiências em processos na fase de liquidação e execução, devendo, ainda, sob orientação do Exmo. Juiz Responsável Técnico, criar pauta de audiências de mediação para aumentar o número de audiências de mediação em processos nas fases de liquidação e execução;

8.3 – realizar, pela atuação de Oficial de Justiça a ser indicado pelo Coordenador e pelo Exmo. Juiz Responsável Técnico pela CIA, a pesquisa avançada dos maiores devedores do Fórum, bem como dos devedores de processos com valores altos de execução, devendo ser destacado um Oficial de Justiça para essa tarefa, ainda que em sistema de rodízio.

9 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

9.1 – Foi informado pelo Coordenador da CIA que edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

No entanto, chama-se a atenção para o fato de que no edital expedido pela Unidade não ter constado o horário de atendimento aos advogados, conforme item III – do Comunicado CR 01/2018, publicado no DEJT de 30/01/2018, prevendo o “atendimento de advogados e peritos em horário predeterminado: das 14 (quatorze) às 15 (quinze) horas”, devendo ser, para as próximas visitas correicionais, cumpridas as orientações da Corregedoria relativas aos procedimentos de Correição.

Além disso, o edital foi publicado no jornal regional “Voz da Terra” e no jornal eletrônico www.assiscity.com/?b=78673, porém não foi afixado no átrio do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

Fórum como determina o item III – do Comunicado CR 01/2018, publicado no DEJT de 30/01/2018.

9.2 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Coordenador, pontualmente, com a ciência do Exmo. Juiz Responsável Técnico pela CIA, ou seu substituto, se o caso, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 390/2017.

10 – ENCERRAMENTO:

No dia 21 de março de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.